

ANÁLISE DISCURSIVA
DOS ESTUDOS SURDOS
EM EDUCAÇÃO:

A QUESTÃO DA
ESCRITA DE SINAIS

MARIA SALOMÉ SOARES DALLAN

ANÁLISE DISCURSIVA
DOS ESTUDOS SURDOS
EM EDUCAÇÃO:

A QUESTÃO DA
ESCRITA DE SINAIS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dallan, Maria Salomé Soares

Análise discursiva dos estudos surdos em educação : a questão da escrita de sinais / Maria Salomé Soares Dallan.
-- Campinas, SP : Mercado de Letras, 2013.

ISBN 978-85-7591-302-4

Bibliografia.

1. Análise do discurso 2. Educação de surdos 3. Educação inclusiva 4. Escrita 5. Prática de ensino 6. Surdez I. Título.

13-12164

CDD-371.912

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação de surdos 371.912

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

NOVEMBRO/2013

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

Aos sujeitos alunos e professores, que possuem as mais diversas características biopsicossociais e que usam a resistência como forma de luta dentro das escolas regulares.

Esses, em constante rebeldia contra as formas de apagamento que o sistema educacional impõe, forjam de forma irreversível a construção coletiva de uma outra história, quando recusam-se a aceitar soluções fáceis.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus bondoso, que me presenteou com muitas dificuldades desde a infância, de forma tão amorosa, as quais possibilitaram ainda mais o surgimento do meu instinto de resiliência.

Ao meu marido, pelo exemplo de seriedade, trabalho e responsabilidade. Você foi o impulso que permitiu que eu voasse mais alto. O alicerce no qual pude ancorar meus sonhos, tecendo paredes sólidas. Você me fez sentir amada.

Eternamente obrigada pela cumplicidade com que me presenteou ao permitir que eu abandonasse uma carreira promissora para iniciar outros estudos que possibilitassem maior desenvolvimento à nossa filha que nasceu surda.

Às minhas filhas, Fernanda e Carolina, pela paciência e compreensão para com minhas limitações de mãe. Vocês encheram de amor a minha existência. Uma só vida ao lado de vocês é muito pouco.

À minha Orientadora, Professora Doutora Márcia Aparecida Amador Mascia, por haver aceito trilhar comigo caminhos incertos e pouco explorados: minha admiração por sua coragem e firmeza nas orientações. Sua aceitação em relação a orientar um tema tão polêmico quanto o da Escrita em Sinais, o Sigmwriting, foi fundamental para que eu tivesse forças para continuar empreendendo meu trabalho. Meu muitíssimo obrigada!

Um agradecimento especial às Professoras Doutoras Zilda Gesueli e Jackeline Mendes, pela dedicação e leitura crítica que fizeram durante o processo de qualificação: vocês auxiliaram a melhorar a qualidade do material apresentado nessa pesquisa.

Às minhas 'cinco' irmãs (Maria das Dores, Rita, Bete, Fátima e Meire), pela cumplicidade e pela ajuda sempre presentes. Minha 'mana' Maria das Dores, um obrigado especial pelo cuidado profissional que dedicou, não só à correção ortográfica e gramatical dessa dissertação, mas, principalmente, pelas indagações e interpelações que fizeram com que eu pensasse com mais afinco em minhas próprias dúvidas. À Meire pela dedicação na tradução do resumo, e também, pelo fato de ter nos adotado como irmã.

À minha mãe, pelos exemplos de ética e integridade. Acima de tudo, pelas possibilidades de crescimento e amadurecimento pessoal que me proporcionou ao longo de toda a minha vida.

Aos meus amigos, que souberam compreender minhas ausências.

À CAPES, que me proporcionou bolsa de estudo durante o último ano, possibilitando que eu pudesse me dedicar mais aos estudos. Parabéns pelo esforço em viabilizar pesquisas nas diversas regiões do Brasil.

À FAPESP por tornar a publicação desse livro possível.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
<i>Márcia Aparecida Amador Mascia</i>	
INTRODUÇÃO	15
Capítulo I	
CONCEPÇÃO DE SUJEITO E PRODUÇÃO DE OBJETOS DE DISCURSO EM FOUCAULT – A ARQUEOLOGIA DO SABER.	29
Capítulo II	
RELEITURA HISTÓRICA: BUSCANDO AS RUPTURAS	55
Capítulo III	
ANÁLISE DO MACRODISCURSO: QUEM SÃO OS SUJEITOS PRODUZIDOS PELA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E PELOS ESTUDOS SURDOS?	85
Capítulo IV	
ANÁLISE DO MACRODISCURSO: QUAL É A ESCOLA BILÍNGUE PENSADA PELA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E PELOS ESTUDOS SURDOS?	111

Capítulo V	
ANÁLISE DO MICRODISCURSO: POSSIBILIDADES DE CIRCULAÇÃO DENTRO DAS CORRENTES DISCURSIVAS QUE PENSAM E FALAM O SUJEITO SURDO FALANTE DE LIBRAS.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS	187

APRESENTAÇÃO

Apresentar uma obra é sempre um enorme prazer e, ao mesmo tempo, uma enorme responsabilidade. Prazer, neste caso, pelo laço acadêmico e pessoal compartilhado com a autora e responsabilidade, pela temática da obra que toca em uma verdadeira “ferida” na Educação, a Educação dos surdos.

Este livro nasceu de um encontro, encontro de duas pesquisadoras, mas, para além de pesquisadoras, de dois seres humanos angustiados, porém, instigados a (re)volver alguns princípios e postulados existentes e persistentes no ensino-aprendizagem dos surdos.

Foi assim que, no ano de 2009, em São José dos Campos, no II Congresso Nacional Sobre Surdez, encontramos-nos, Salomé e eu, ela, Pedagoga com ênfase em Educação Especial, especialista em Escolaridade e Surdez, Psicopedagoga Clínica e Institucional, além de uma vasta experiência com a educação dos surdos, conforme é explicitado na introdução do livro, e eu, Linguista Aplicada e formadora de professores de línguas, durante uma década e, mais recentemente, pesquisadora em nível de Pós-Graduação na área de Educação. Se, por um lado, minha apresentação, neste congresso, teve como foco apontar os efeitos do substrato linguístico da LIBRAS no processo de aquisição da escrita em Língua Portuguesa, pelos surdos, Salomé, por sua

vez, iluminou esse “buraco negro”, apresentando uma proposta de aquisição da LIBRAS, na sua totalidade, passando o surdo pela escrita em LIBRAS (o *signwriting*), antes de vir a aprender a Língua Portuguesa. Desse modo, nossas apresentações se complementaram e inauguraram uma nova discussão para o ensino de línguas para surdos.

Voltamos juntas daquele encontro e, no caminho, “idealizamos” um projeto, efetivamente iniciado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco, no ano de 2010, cujo fruto, a dissertação que originou este livro, foi defendida em fevereiro de 2012.

Com um olhar problematizador, atravessado pelos pressupostos dos estudos arquegenealógicos de Foucault, a autora (des)vela o solo epistemológico dentro do qual nasceram (e continuam a existir) os postulados basilares que instaura(ra) m dizeres, conceitos, (pre)conceitos, verdadeiros “mitos”, conforme o estudo aponta, como o “oralismo” que, apesar de outras e novas roupagens, sustenta novos tipos de exclusão dos surdos, paradoxalmente como parte do discurso da inclusão. Salomé nos oferece, neste texto, uma brilhante história dos surdos e da educação dos surdos, apontando as (in)coerências, as (in)consistências, as rupturas, os paradoxos, as (des)continuidades, (des)costurando os fios que dão sustentação aos discursos contemporâneos da educação dos surdos.

A obra transita entre a denúncia e a defesa, denúncia dos paradoxos que acometem a educação dos surdos e as políticas de inclusão, ao longo dos anos, e defesa em torno de uma tese: o letramento do surdo – passando pelo ensino de escrita em língua de sinais (*signwriting*), de modo a suprir esse vazio que se forma entre “falar” LIBRAS e “aprender” a escrita em Língua Portuguesa. Antes de dar entrada ao aprendizado da escrita em Língua Portuguesa, o surdo experimentaria, primeiramente, o processo simbólico de aprendizagem da escrita em sua língua materna, para depois aprender uma segunda língua escrita.

Pela experiência didática da autora, esse processo de passagem pela escrita em LIBRAS levaria a um melhor desempenho dos surdos no letramento escrito da Língua Portuguesa, uma segunda língua, neste caso.

A obra culmina com a análise discursiva da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) e a análise discursiva da coletânea “Estudos Surdos”, apontando a (des)construção do discurso do bilinguismo que atravessa esses dois textos e abrindo uma fenda neste discurso, de modo a nos oferecer uma ampla discussão em torno do tipo de sujeito que é produzido por esses textos documentais.

Em última instância, esta obra levanta olhares e levanta perguntas, mas, também, e principalmente, a obra nos olha e nos pergunta: que sujeitos são esses que estão sendo construídos pelos discursos contemporâneos em Educação, como o PNEE e os Estudos Surdos?

Para aqueles interessados e instigados por esse questionamento, convidamos a navegar pelas páginas deste livro.

Márcia Aparecida Amador Mascia

INTRODUÇÃO

Entrei em contato com o *mundo dos surdos*¹ em 1996, após a descoberta da surdez congênita de minha segunda filha. Tal descoberta abriu-me novos caminhos e outra profissão. De profissional da informática, obriguei-me a voltar aos estudos, desta vez, em área bem diferente: Pedagogia – Educação Especial. Tentando entender aquele mundo novo que se abria diante de meus olhos atônitos, tornei-me Professora da Educação Especial, especializando-me, logo após a graduação, em Educação e Surdez.

A experiência da maternagem em sinais durante um ano e meio e, em seguida, maternagem em português,² embasaram

-
1. Uso o termo empregado por Sacks para descrever meu sentimento diante do contato com uma “perspectiva totalmente nova sobre problemas antiqüíssimos, uma concepção nova e inesperada da linguagem, da biologia e da cultura... tornou estranho o familiar, e familiar o estranho” (Sacks 1989[1998, p. 10]).
 2. Minha filha nasceu com uma síndrome (sequência óculo-aurículo-vertebral), o que ocasionou surdez do nascimento até os três anos e meio de idade, quando se tornou ouvinte por cerca de 8 meses, perdendo em seguida gradativamente a audição e se tornando surda severa/profunda aproximadamente aos 5 anos e meio de idade, devido a uma doença autoimune na cóclea. Neste período de surdez total, aprendeu Libras e, em

definitivamente opiniões complexas a respeito dos *não ouvintes*.³ e da surdez. Opinião e visão de mundo mais flexíveis, porém densas, o que me permitiu ocupar espaços e escrever minha própria história – singular e coletiva – tecida no âmago de outras histórias: desabafos e denúncias das mães de outros surdos nos atendimentos terapêuticos em grupo, dificuldades e apoios oportunizados pelos profissionais das escolas onde minha filha estudou, exemplos de vida de pessoas surdas com as quais convivi no trabalho e na vida e, principalmente, as aflições causadas pelo desconhecimento das pessoas em relação a Libras.⁴ Superei o luto indo à luta.

Em 2002, durante a Pós-Graduação, passei a atuar três dias por semana, em período integral, junto a alunos surdos falantes de Libras,⁵ com idades entre oito e dezesseis anos. Em 2007, passei a acompanhar outros alunos (adolescentes e adultos), diariamente: no período da manhã, em sala de aula da Escola

seguida, no período de audição, aprendeu português oral, mantendo esta forma de comunicação até hoje.

3. Termo empregado por Gesueli (1988), referindo-se às pessoas que têm surdez profunda, impossibilitando a aquisição natural de uma língua oral/auditiva. Serve como contraponto à maioria das pessoas que ouvem, ou seja, os "não surdos".
4. Língua de Sinais Brasileira, Lei n.º 10.436/2002, Decreto n.º 5.626/2005.
5. Surdo falante de Libras: no trabalho ora apresentado, nomeamos assim apenas as pessoas que têm surdez e que se consideram pertencentes à Comunidade Surda, por comunicarem-se prioritariamente em Libras e tecerem toda uma representação sobre si atrelada à produção cultural gerada por sua perspectiva de mundo, pautada na experiência visual da comunicação, mesmo que estes também possuam oralidade, como é o caso de várias pessoas que conhecemos pessoalmente. O termo também não se reporta às pessoas surdas que não têm nenhum vínculo com a língua de sinais, e nem àquelas que usam implante coclear e optaram (ou seus pais optaram por elas) por ouvir/falar uma língua oral em detrimento da língua de sinais.

Regular;⁶ no contraturno, em Sala de Recursos para Deficientes auditivos.⁷ A prática vivenciada como Professora de Educação Especial, atuando com esses alunos surdos falantes de Libras nos períodos citados, e mesmo minha experiência anterior, que remonta à descoberta da surdez de minha filha, fizeram com que eu percebesse que as várias propostas sugeridas atualmente pelos pesquisadores educacionais, especificamente os que se dedicam a estudar os alunos surdos em suas dificuldades escolares, sugerem que a abordagem bilíngue no processo de ensino aprendizagem – respeitando a Libras como primeira língua, a natural, e a Língua Portuguesa como segunda língua, com metodologia de ensino adequada – é ideal e suficiente para que este sujeito do ensino se desenvolva e adquira conhecimento. Porém, na prática ainda percebo lacunas que nem a Escola para Surdos nem a Escola Regular conseguiram ainda resolver: proficiência insuficiente na Língua Portuguesa escrita – se for comparado ao ouvinte/falante de Língua Portuguesa – tornando este sujeito eternamente dependente do tradutor na mediação da comunicação escrita.⁸

Encontrando em meus alunos surdos todas as dificuldades escolares já apontadas por diversos estudiosos da área (Souza 1998, Góes 1999, Quadros 1997, Goldfeld 1997, Brito 1995, Capovilla e Raphael 2001, Fernandes 2003), mas percebendo que as exigências escolares eram pautadas prioritariamente no manejo eficiente da Língua Portuguesa, e que ainda faltava um

6. Escola Regular – onde a língua de ensino é a oral falada pela maioria das pessoas que frequentam esta escola.

7. Nomenclatura da Política Nacional de Educação Especial do ano de 1994 e que, mesmo após mudanças na Legislação, permanece inalterada em vários lugares no Brasil.

8. Refiro-me especificamente às exigências da escola que prioriza a língua oral nas modalidades falada e escrita, não respeitando a condição do aluno surdo de ser falante de outra língua, que possui inclusive outra modalidade: a visual.

*substrato psicológico*⁹ adequado que permitisse ao aluno surdo organizar seu pensamento e expressar-se sem o intermédio da tradução durante o momento da escrita, motivei-me a buscar alternativas de ensino que oferecessem a estes alunos oportunidades de aprendizagem semelhantes aos demais alunos: possuir o material de ensino na modalidade escrita da língua falada por ele. Alternativas que respeitassem o seu potencial cognitivo, socioafetivo, linguístico e político-cultural, mas, principalmente, que fossem compatíveis com a língua visual/espacial que utilizavam para comunicar-se. Buscava uma modalidade de escrita em língua de sinais que promovesse, ao mesmo tempo, um processo educacional escolar bilíngue/bicultural.

Nesse sentido, em 2000, realizei uma pesquisa bibliográfica na qual encontrei uma escrita criada em 1974, própria para línguas de sinais. Esta escrita visual, de nome *Signwriting*, foi desenvolvida pela norte-americana Valerie Sutton, sendo uma escrita destinada a grafar línguas de sinais, por ser visual/espacial e por respeitar os parâmetros gramaticais de realização dos sinais: configuração de mãos, expressão facial e corporal, localização espacial, direcionalidade e movimento. Essa escrita

9. *Substrato psicológico* – uma tecnologia de escrita na modalidade visual que permita maior expressão criativa no momento da escrita, neste caso, uma escrita em língua de sinais, compatível com a língua natural desse sujeito, capaz de prover um *letramento natural* (concebido por nós como ocorrendo através de um sistema linguístico escrito com valores e parâmetros simbólicos compatíveis com a língua falada pelo sujeito). Compreendemos a importância e a necessidade do aprendizado da Língua Portuguesa e os estímulos que devem ser oferecidos ao aluno surdo para que ele adquira tal habilidade. Concordamos com Gesueli (1998, p. 133) quando afirma que: “No ensino da criança surda, cabe ao professor incentivar o contato com materiais escritos para que ela venha a sentir necessidade do ler e escrever”. Porém, nossa preocupação durante esse recorte específico, estava focada na escrita em Libras, mesmo considerando a importância da Língua Portuguesa escrita.

pode proporcionar acessibilidade¹⁰ e condições para que o surdo falante de Libras se desvincule do processo de tradução da escrita de uma língua oral para a língua de sinais e vice-versa. Esse conhecimento adquirido embasou definitivamente a minha prática pedagógica desenvolvida junto aos alunos surdos falantes de Libras a partir do ano de 2002.

A atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (doravante PNEE), fundamentada em estudos que buscam oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos, tem preconizado que o melhor lugar para exercermos nosso direito à educação é a escola regular, a que todos têm direito, sem exceção. Apoiando-se em acordos internacionais (Declaração de Salamanca – 1994,¹¹ ratificada pela Declaração da Guatemala – 2002,¹² Educação para Todos – EFA – 2000¹³) das quais o Brasil é signatário, o Ministério da Educação (doravante MEC), promoveu discussões com vistas a preparar os professores para a nova realidade. A efetivação dessa discussão culminou, dentre outras ações, com um Curso de Formação Continuada em Atendimento Educacional

-
10. Acessibilidade, nesse contexto, refere-se a uma escrita de modalidade visual própria para a língua de sinais, como é o caso da escrita *Signwriting*, que visa facilitar o acesso ao conhecimento difundido por meio escrito, através de uma escrita da Língua de Sinais.
 11. Proposta pela ONU, sendo o Brasil um dos seus signatários, esta resolução trata dos princípios, da política e da atuação da Educação Especial, visando equiparação de oportunidades para todas as pessoas com deficiência. É o marco inicial do processo que culminou com o movimento de inclusão escolar e social destas pessoas.
 12. Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas que têm deficiência.
 13. Acordo firmado no Fórum Mundial sobre a Educação, reunido em Dakar (2000), com o objetivo de mobilizar a sociedade civil, bem como a comunidade internacional em seu conjunto, para exigir dos seus respectivos governos o cumprimento dos objetivos fixados visando à educação de todas as pessoas, sem exceção.

Especializado (doravante AEE) – que é a materialização da PNEE na Perspectiva Inclusiva e que iniciou discussões a partir de 2005 – que em 2007 capacitou aproximadamente 600 professores da Rede Regular e que, atualmente, está capacitando mais de 3.300 professores através de Programa de Pós-Graduação para Especialização em AEE. Tal empreendimento pretende dar conta das diferenças trazidas pelo aluno da Educação Especial, suplementando e complementando a necessidade educacional dos alunos com deficiência¹⁴ (física, intelectual, auditiva e visual), com transtornos globais de desenvolvimento e aqueles que possuem superdotação, através de atendimento pedagógico específico em Salas Multifuncionais, no contraturno àquele frequentado pelo aluno no ensino regular, trabalho este que será assumido pelos professores formados em AEE.

Paralelo ao trabalho do MEC, vários pesquisadores de Universidades brasileiras já vinham se mobilizando, desde aproximadamente 1996: Marianne Rossi Stumpf, Antônio Carlos da Rocha Costa, realizando estudos sobre o desenvolvimento de programas que usassem a Escrita em Sinais *Signwriting* como proposta de escrita, empenhados em repensar tecnologias de suporte para nativos da Língua de Sinais Brasileira – doravante Libras (Stumpf, 2005); Lucinda Ferreira Brito e Ronice Müller de Quadros publicando materiais sobre a estruturação gramatical (léxica e semântica) da Libras (Brito 1995, Quadros 2004). Na região sul do Brasil vários grupos – compostos por docentes, alunos de graduação e de pós-graduação, bem como pelas comunidades de surdos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul – teceram reflexões acerca da surdez numa perspectiva Socioantropológica (Skliar 1998, 1999 e 2000),

14. A nomenclatura refere-se ao que é preconizado pelo Governo Federal, não refletindo nossa opinião pessoal nessa pesquisa. Compartilhamos a opinião de Wrigley que coloca a surdez dentro dos estudos culturais por pensar que “a surdez é uma temática epistemológica e não audiológica” (Lopes 1998, p. 105).

culminando em uma mobilização maior dos pesquisadores de outras universidades brasileiras. Essas reflexões formaram um conjunto que passou a apontar a necessidade de se pensar numa educação bilíngue e bicultural para a pessoa surda. Fruto dessas reflexões que ocorreram em vários lugares do Brasil, grupos de surdos e seus familiares mobilizaram-se politicamente, culminando com a Lei n.º 10.436, de 22 de abril de 2002 (Lei de Libras), regulamentada em 22 de dezembro de 2005, através do Decreto n.º 5.626 de 2005.

A Editora Arara Azul, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e o CAPES, lançou em 2006 uma série de quatro volumes de pesquisas acadêmicas intitulada *Estudos Surdos* (mesmo ano em que iniciou o Curso de Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina, que formou aproximadamente 500 profissionais em 2010). Essa coletânea visa tornar públicas as várias pesquisas que já haviam sido realizadas e que foram apontadas pela Coordenadora do Projeto – a Professora Doutora Ronice Müller de Quadros – como sendo realizadas numa perspectiva diferente dos estudos anteriores: na perspectiva dos próprios surdos. Toda a coleção traz capítulos escritos por pesquisadores surdos, por pesquisadores bilíngues e por intérpretes de Libras. Estes autores afirmam estar buscando desconstruir e construir saberes (*Estudos Surdos*, p. 9, vol. I). Esta coletânea agrega o conhecimento advindo do âmbito acadêmico, legitimando, de certa forma, um movimento social dos surdos em prol de mudanças educacionais e sociais.

Embora os dois movimentos demonstrem pensar em uma educação de qualidade que contemple as especificidades educacionais e sociais das pessoas surdas – tanto a PNEE com o AEE, quanto à coletânea *Estudos Surdos* – ainda não tiveram suas reivindicações e indicações contrapostos no sentido de um estudo no âmbito de uma análise discursiva, de forma que se possam evidenciar os não-ditos e, principalmente, quais os efeitos de sentido que emergem deles, em direção a

atender as especificidades educacionais destas pessoas. Embora, aparentemente, a discussão seja em torno de Escola Bilíngue para surdos (algumas vezes vista como Especial nos documentos oficiais do MEC) *versus* Escola Inclusiva (a Regular, com outros alunos, que também se afirma Bilíngue), suspeitamos que talvez nem uma nem outra apresentem propostas que realmente venham ao encontro da necessidade deste sujeito que, na escola, é a aquisição de conhecimento e acessibilidade às informações em sua própria língua.

Essa suspeita justifica a necessidade de uma pesquisa que aponte se as várias propostas pedagógicas sugeridas nestes documentos indicam uma abordagem bilíngue no processo de ensino aprendizagem – respeitando a Libras como primeira língua, a natural, e a Língua Portuguesa como segunda língua, com metodologia de ensino adequada, uma imersão cultural nas duas línguas, com todas as possibilidades simbólicas (uma escola bilíngue e bicultural, inclusive na escrita) – ou se é mais uma tentativa de deslocar o sujeito, de forma a que ele se adeque ao que já está posto pela escola comum, seja em escola para surdos ou em escola inclusiva.

Em virtude dessa justificativa, nosso objetivo geral de pesquisa será o de analisar as propostas educacionais de acesso ao conhecimento, contidas nos Estudos Surdos e na PNEE, visando identificar se objetivam perpetuar as intenções de normal(t)ização¹⁵ do sujeito surdo, adequando-o ao contexto de uma sociedade falante, escritora da Língua Portuguesa, ou se este sujeito surdo falante de Libras é aceito em sua completude histórica e cultural, inclusive com sua escrita atravessada pela Língua de Sinais no momento da escrita em português. Esta pesquisa procura viabilizar um estudo das formações discursivas

15. Normalizar: (*normal+içar3*) *vt*d 1 Tornar normal; 2 Reentrar na ordem; voltar à normalidade./ Normatizar: (*norma+içar3*) *vt*d Estabelecer normas para.(*dic. Michaelis*). O jogo com estas palavras é proposital, tendo como objetivo provocar uma reflexão crítica, retomada no decorrer da pesquisa.

contidas na PNEE e nos Estudos Surdos, através da perspectiva arqueológica foucaultiana (Foucault 1979[2002a]), visando observar se as inovações pedagógicas propostas nos dois documentos pensam a acessibilidade linguística dos alunos surdos falantes de Libras ao conteúdo curricular também através de uma escrita em Libras, ou seja, uma possibilidade de que ele tenha também uma escrita bilíngue – seja em escola regular ou própria para surdos – fato que pode vir a contribuir para aquisição de conhecimento por parte desta parcela da população.¹⁶

Decorrente do objetivo geral, elencamos os seguintes objetivos específicos que conduzirão o trabalho de pesquisa:

- a) Levantar a noção de sujeito surdo falante de Libras e especificar o funcionamento da produção desses sujeitos que subjaz nos discursos dos Estudos Surdos e na Política Nacional de Educação Especial.
- b) Identificar como esses documentos pensam ser a escola para os sujeitos surdos falantes de Libras:

16. Falamos “pode vir a contribuir” porque reconhecemos que somente o fato de o aluno ter materiais escritos em sua própria língua não é fator decisivo para que esse aluno obtenha sucesso acadêmico. Como exemplo, podemos citar o caso dos falantes de Língua Portuguesa, que possuem uma grande quantidade de materiais impressos nessa língua e, mesmo assim, várias dificuldades não são superadas na escola regular. O material escrito auxilia, mas não é o responsável isolado pela aquisição de conhecimento por parte dos alunos. Nossa ideia em relação ao material escrito em Libras é pensar em favorecer acesso a um material de leitura que propicie consultas sem a necessidade do processo tradutório, uma vez que nossa experiência nos habilita a dizer que em vários lares, muitos pais não têm a suficiente proficiência em Libras que os possibilite auxiliar conceitualmente o filho durante as tarefas escolares. Reconhecemos, também, que existem alguns materiais em vídeo e que sua ampliação facilitaria, também, o processo de aquisição de conhecimento. Porém, no momento de uma dúvida específica, perde-se muito tempo tentando localizar a informação.

o que as duas instâncias discursivas compreendem por *bilinguismo*?

- c) Apontar se esses documentos viabilizam ou não na escola, a presença de uma escrita em línguas de sinais.
- d) Apontar se há deslocamentos e, havendo, se eles engendram ou não novos regimes de verdade.

Respondendo à questão geral sobre em que medida os Estudos Surdos e a nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva concorrem para mudanças nos discursos pedagógicos atuais, será possível observar se estas formações discursivas instauram novos regimes de verdade (proposta bilíngue/bicultural, com a aceitação de uma escrita também bilíngue/bicultural – seja em Escrita em Sinais ou não), ou se se trata de mais uma faceta do polêmico Congresso de Milão.

Pelos motivos citados, ao tecer esta pesquisa, coloque-me no lugar ao qual penso pertencer, arcando com o ônus que acarreta assumir-se como “intelectual específico” em oposição ao “intelectual universal” (Foucault 1979[2001, p. 9]), aquele que busca, através de um exercício político da própria profissão – Professor de Educação Especial, Especialista em Surdez que atuou com alunos com surdez em escola regular da rede municipal até o ano de 2010 – rearticular duas categorias que devem caminhar juntas para que a educação seja realmente um exercício de reflexão sobre si própria: a teoria associada à prática.

Considerando, como Foucault, que os problemas políticos não giram em torno de “ciência/ideologia”, mas em termos de “verdade/poder”, pretendemos utilizar o conceito de “regimes de verdade” (Foucault 1979[2001]) para refletir menos ingenuamente sobre as produções que todos os sistemas de sequestro – escolas ou até mesmo as formações discursivas

instituídas—desenvolvem, sejam eles governamentais ou privados, pois conforme afirmou esse filósofo da contemporaneidade:

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. (Foucault 1979[2001, p. 13])

Objetivando perceber estas verdades produzidas pelas diferentes instâncias que (co)ordenam e (co)operam socialmente, bem como suas consequências educacionais para os sujeitos surdos falantes de Libras – cuja porcentagem de aproximadamente 95% é composta de filhos provenientes de famílias não surdas falantes de português oral –, desenvolveremos nossa pesquisa em cinco capítulos, seguidos das considerações que julgamos relevantes sobre o estudo realizado e as implicações para futuras pesquisas.

O Capítulo I – *Concepção de sujeito e produção de objetos de discurso em Foucault – A arqueologia do saber*, versará sobre o referencial que este autor aborda sobre a complexidade das Formações Discursivas, servindo de suporte e fundamentação para o estudo discursivo que empreenderemos nos capítulos posteriores, nos quais serão analisados a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* e os quatro volumes da obra *Estudos Surdos*. Neste capítulo, estaremos discorrendo sobre aspectos importantes da obra *Arqueologia do Saber*, tais como: regularidades discursivas, enunciados e função enunciativa, metodologia de estudo proposta pela arqueologia e a formação de objetos em um discurso. Nosso objetivo central

é buscar um aprofundamento teórico que possibilite pensar em como funciona a produção de objetos nos discursos sobre a surdez, uma vez que Foucault alerta que os discursos formam sistematicamente os sujeitos do qual falam. Este capítulo também irá embasar a releitura histórica que empreenderemos no capítulo seguinte.

O Capítulo II – *Releitura histórica: buscando as rupturas*, apresentará uma visão histórica e política da educação destes sujeitos, sob dois enfoques: histórico-educacional – no âmbito da legislação educacional, e histórico-social – no âmbito dos grandes movimentos que geraram mudanças educacionais, a partir do Congresso de Milão de 1880 que marca o embate sobre a metodologia de ensino adequada para ensino de pessoas surdas a nível mundial: oralismo ou gestualismo, até o *Movimento Surdo em favor da Educação e da Cultura Surda*, uma articulação político-social contemporânea, ocorrida nos dias 19 e 20 de maio do ano de 2011, em Brasília – DF, cujos integrantes, contrários à Política Nacional de Educação Especial do Brasil, reivindicam o direito a uma educação bilíngue em Escola para Surdos, aparentando contrariar documentos nacionais e internacionais.

No Capítulo III – *Análise do macrodiscurso: quem são os sujeitos produzidos pela Política Nacional de Educação Especial e pelos Estudos Surdos?* pretendemos levantar a noção de sujeito surdo falante de Libras encontrado nos discursos do *corpus* proposto nessa pesquisa. O estudo discursivo empreendido no material a ser pesquisado pretende responder às seguintes questões: Quem são os sujeitos-objeto produzidos nessas instâncias discursivas? Quais espaços sociais eles reivindicam para si? Como esse sujeito se vê em relação à sua língua?

No Capítulo IV – *Análise do macrodiscurso: qual é a escola bilíngue pensada pela Política Nacional de Educação Especial e pelos Estudos Surdos?* levantaremos dados objetivando esclarecer qual é o tipo de bilinguismo proposto pelas duas instâncias discursivas. A análise empreendida pretende responder às seguintes

questões: Diferentes modos de produção desse sujeito-objeto nos discursos sobre sujeitos surdos falantes de Libras sugerem práticas pedagógicas diferenciadas? Esses documentos enfatizam ou não a pertinência de uma escrita em Libras? Existem propostas capazes de romper com os paradigmas educacionais seculares impostos pelos não surdos, especialmente aquele que preconiza a necessidade de se ler e escrever bem em português?

O Capítulo V – *Análise do microdiscurso: possibilidades de circulação dentro das correntes discursivas que pensam e falam o sujeito surdo falante de Libras*, abordaremos através de pistas discursivas selecionadas, quais são as formas encontradas por esse sujeito para se adequar ou se deslocar dentro dessas diferentes formações discursivas que falam e pensam a surdez e os surdos falantes de Libras. Pretendemos apontar se existem deslocamentos e se estes engendram novos regimes de verdade.

Em *Considerações finais*, abordamos as conclusões a que chegamos fruto da pesquisa empreendida, apontando as possíveis consequências sociais e educacionais que esse estudo como um todo propicia. Esperamos contribuir para as necessárias rupturas, visando facilitar o acesso ao conhecimento escolar – que é formulado em grande parte, através de material escrito – pelas futuras gerações de surdos falantes de Libras que dividirão seu cotidiano familiar, escolar e social com os falantes de português.